
Stáline e a democracia socialista¹

Tatiana Khabarova

1994

Nos últimos tempos tornou-se frequente ouvir apreciações positivas, e até bastante lisonjeadoras, sobre a política *económica* de Stáline, por vezes vindas de pessoas que, há alguns anos, dificilmente seriam suspeitas de simpatia pelo «*stalinismo*». Porém, continua a ser voz corrente que no domínio da democracia, alegadamente, não há absolutamente nada a aprender com a época de Stáline, o que é totalmente erróneo. Iremos demonstrar que, tal como os princípios fundamentais de uma organização económica correcta, também as fontes do nosso desenvolvimento *democrático* futuro remontam a essa época. Aliás, isto tem sido mostrado e sublinhado constantemente nos principais documentos da Plataforma Bolchevique.

A principal questão de qualquer democracia é o estabelecimento de uma efectiva *ligação de retorno* na sociedade ou, por outras palavras, a construção do mecanismo de *oposicionismo político*

Numa sociedade de classes, como há muito sabemos, a democracia, apesar de ser uma palavra bonita, é sempre o poder não do povo como tal, mas de uma determinada classe.

Qualquer classe dominante, no florescimento do seu domínio, está organizada internamente de forma democrática.

Que significa isto concretamente?

Significa que cada membro de pleno direito da classe pode por princípio participar no poder e, com maior ou menor eficácia, influenciar a tomada das decisões que determinam o destino da classe no seu conjunto, como uma espécie de organismo histórico uno. Naturalmente que um fidalgo decadente com uma pequena propriedade terá menos possibilidades de influenciar a política do Estado burocrático-feudal do que um poderoso terratenente, mas por princípio cada membro da classe tem essa possibilidade. Se uma parte da classe se sente excluída da tomada de decisões, então, para além

¹ Intervenção na IX reunião do Clube Político do Centro de Moscovo da Plataforma Bolchevique no PCUS, Moscovo, 21 de Dezembro de 1994. Texto publicado em *Sovietsi Grajdan SSSR*, Rostov N.º 5, Dezembro de 2006.

da luta entre classes, desencadeia-se uma luta interna na classe e esta perece, sai da cena histórica.

Deste modo, o principal problema de qualquer democracia é o estabelecimento de uma *ligação de retorno* eficaz, profuso, entre os centros de poder e os membros da classe dominante. Ou, por outras palavras, é a criação de um mecanismo funcional de *oposicionismo político* na sociedade. É evidente que este mecanismo tem a sua forma específica em cada formação socioeconómica. O mecanismo de oposicionismo político no sistema da democracia burguesa é completamente diferente do que existia no regime feudal.

Por sua vez, o *oposicionismo político no socialismo* é um problema novo, com uma dimensão colossal, que até hoje, na sua essência, não está inteiramente resolvido, e nunca foi resolvido no nosso país, a não ser, porventura, em traços gerais. E que significa a não resolução deste problema? Significa o afastamento do poder da classe que é formalmente dominante, isto é, a razão em si pela qual, em última instância, o nosso Estado se afundou como um navio. Nenhuma América e Europa juntas, nenhuma CIA, nenhuns vlassovistas² internos teriam conseguido fazer alguma coisa se a classe operária e o campesinato kolkhoziano se tivessem levantado em defesa do seu poder. Todavia, não se levantaram. E não se levantaram precisamente porque há muito não sentiam, não viam esse poder como seu porque estavam apartados dele.

Este problema permanece hoje na sua plenitude diante de nós. E todavia, é este o problema, mais do que qualquer outro, que temos de resolver. Se não mostrarmos ao operário comum, ao camponês comum, ao intelectual comum que o poder que queremos restabelecer é o *seu próprio poder*, que lhe permitirá ser uma personalidade, e não um peão mudo, que lhe permitirá formar e expressar com eficácia *a sua própria* opinião, e não a de alguém de cima, – então não será com quaisquer promessas de medicina e ensino gratuitos, preços baixos e tudo o mais que conseguiremos devolver o socialismo ao povo. É preciso ter isto presente com muita clareza.

Interroguemo-nos honestamente, sem essa nossa nostalgia histórica, se aqueles soviéticos, aquele partido, os sindicatos, o *Komsomol*, etc., que conhecemos nas últimas décadas antes da *perestroika*, personificam o poder soviético e o Partido Comunista com maiúscula pelos quais brandimos hoje as nossas bandeiras vermelhas? Se olharmos de frente a realidade, temos de responder: Sim, hoje brandimos as nossas bandeiras vermelhas a 80 por cento em defesa de um sonho, de um ideal, de uma ideia purificada.

Mas quanto tentamos apresentar às pessoas essa ideia purificada como a realidade que supostamente existiu, elas afastam-se de nós, pela razão elementar de que tal simplesmente não existiu.

Por isso a nossa tarefa não é fazer passar por real aquilo que não existiu, mas mostrar às pessoas, convencê-las de que estes nossos sonhos e ideais não são nenhum sentimentalismo ocioso, que esta ideia foi e continua a ser verdadeiramente grandiosa e universal, que pode ser liberta de deformações, que houve na nossa realidade tendências nesse sentido, que podem ser seguidas, fixadas e por fim realizadas, materializadas

² **Vlássov**, Andréi Andréievitch (1901-1946), general russo, comandante do 2.º Exército de Choque (1942), abandonou os seus homens e entregou-se aos nazis com quem passa a colaborar. Mais tarde participa na criação do Exército Libertador da Rússia (POA), a organização militar dos colaboracionistas. (N. Ed.)

na vida, e que não existe outra alternativa objectiva-histórica senão a materialização dessas tendências e dessas ideias, na sua forma depurada.

Vamos pois falar do problema do oposicionismo político normal e saudável nas condições do regime socialista e avaliar em que medida é justo que a este propósito invoquemos o nome de Stáline.

O pluripartidarismo não é uma forma de expressão da diversidade de pensamento em geral, mas uma forma de expressão da diversidade de pensamento no quadro da ideologia burguesa.

O monopartidarismo proletário não é «totalitarismo», mas uma etapa necessária e progressiva do desenvolvimento histórico mundial da democracia.

Este problema foi muito bem formulado e claramente colocado perante Stáline, por exemplo, na sua conversa com a delegação de sindicalistas norte-americanos em Setembro de 1927. A formulação é a seguinte: «*De que forma as opiniões da classe operária e do campesinato, distintas das opiniões do partido comunista, se podem expressar legalmente?*». (Trata-se da pergunta de um dos delegados a Stáline).³

Deve-se desde já dizer que Stáline começa por «*tornear*» a questão. Procura sobretudo evitar, prevenir, que os seus interlocutores cheguem eventualmente à conclusão de que também no socialismo é necessário haver *pluripartidarismo*, como forma de expressão das divergências legítimas e admissíveis.

«*O confronto de opiniões hoje, na ditadura do proletariado*» – responde Stáline – «*que tem como objectivo não a destruição da ordem soviética existente, mas o seu melhoramento e simplificação, não pode alimentar a existência de vários partidos no seio dos operários e das massas trabalhadoras do campo.*»

«*Eis a razão pela qual na URSS só há um partido legal, o partido comunista. O seu monopólio não suscita objecções por parte dos operários e camponeses laboriosos mas, pelo contrário, é entendido como algo necessário e desejável.*»⁴

No mesmo texto, respondendo à pergunta sobre quais os elementos novos introduzidos por Lénine no marxismo, Stáline afirma com clareza que «*a ditadura do proletariado só poder ser concretizada através do partido, enquanto sua força orientadora*», e que «*a ditadura do proletariado só pode ser completa se for dirigida por um único partido, o partido dos comunistas, que não partilha nem deve partilhar a direcção com outros partidos*».⁵

Stáline demonstra perfeitamente que os estados burgueses, na sua essência, também são monopartidários, tal como os estados da ditadura do proletariado, e não poderia ser de outro modo, pois também eles são uma ditadura: a ditadura do dinheiro.

«*É sabido que nos países capitalistas os partidos burgueses se “ingerem” precisamente do mesmo modo nos assuntos do Estado e dirigem os governos. Só que aí a direcção concentra-se num estreito círculo de figuras, ligadas de uma forma ou outra*

³ O texto integral deste encontro está disponível em <http://www.hist-socialismo.com/docs/StalineSindicalistasEUA.pdf>, p. 11. (N. Ed.)

⁴ Idem, ibidem, pp. 11-12. (N. Ed.)

⁵ Idem, ibidem, p. 4 (N. Ed.)

aos grandes bancos, e que, devido a isso, se esforçam por esconder o seu papel da população» (...) «A diferença a este respeito entre o país dos soviets e os países capitalistas consiste (...) em que os partidos burgueses escondem do povo o seu papel dirigente (...) enquanto na URSS o partido comunista (...) declara abertamente a todo o país que assume a responsabilidade pela direcção do Estado.»⁶

Deste modo, uma condição, digamos, «enquadradora» da democracia proletária está para já delineada de forma nítida e inflexível: é o *monopartidarismo* assumido.

Aqui chegados ouve-se habitualmente um grito a propósito do chamado «totalitarismo». Supostamente quando há muitos partidos isso é democracia, quando há um só partido isso é totalitarismo, isto é, despotismo, tirania e horrores semelhantes. Até hoje o movimento comunista não aprendeu a rebater correctamente o mito do «totalitarismo». E os materiais que fazem uma abordagem científica desta questão (e não só, aliás) estão sujeitos a uma campanha sistemática de silenciamento e ocultação, havendo direcções de certos partidos que até proíbem os seus membros de base de divulgar tais materiais. Refiro-me aos documentos da Plataforma Bolchevique. A reacção aos nossos trabalhos da parte pensante do movimento (ou, pelo menos, da parte que assim se considera) não deixa de me surpreender. Há anos que só se ouvem queixumes de que, alegadamente, não temos teoria. Mas nós *temos* teoria. O que não temos é competência elementar para examinar os factos e a honestidade elementar, científica e cívica, para, tendo-os examinado, deixar, por fim, de negar a sua existência.

Voltemos ao «totalitarismo».

Qualquer sociedade de classes é «totalitária» no sentido em que é *mono-ideológica*. Nessa sociedade há sempre uma determinada classe dominante que se guia por uma determinada ideologia, não duas ou três. A circunstância de num Estado burguês normal existirem habitualmente vários partidos não significa que existam nesse Estado ideologias diferentes. A ideologia é só uma, e os seus principais dogmas assentam numa base de betão armado, tal como o *abc* do marxismo-leninismo está no *Breve Curso de História do PCU(b)*. Estes dogmas são a economia de mercado, o famigerado «Estado de direito» com a separação de poderes, a inviolabilidade da propriedade privada, etc. O pluripartidarismo não é uma forma de expressão dos diferentes pontos de vista *em geral*, mas uma forma de expressão dos diferentes pontos de vista *no quadro da ideologia burguesa*.

Este mecanismo replica com exactidão no campo político o que se passa na sociedade burguesa no campo económico. Ou seja, o entendimento que as pessoas têm dos problemas do Estado (ou pelo menos o que lhes parece ser ou querem entender como problemas do Estado) é apresentado no tal *mercado* como se fosse uma *mercadoria*. E não pode ser de outro modo, pois o regime capitalista, por princípio, só conhece uma forma de o indivíduo surgir na arena social: ou com uma mercadoria ou na qualidade de mercadoria.

Assim, para que este ou aquele ponto de vista seja «comprado» no mercado eleitoral pela maioria dos eleitores, é necessário pagar o tributo, ou seja, é preciso dinheiro e pessoas para, através dos meios de comunicação, darem a esse ponto de vista a «forma de mercadoria». Na realidade, na sociedade capitalista, proibir a formação de um *partido* em torno de um ponto de vista, com o seu aparelho organizativo-propagandístico, é equivalente a proibir as pessoas de ter pontos de vista diferentes.

⁶ Idem, *ibidem*, p. 6. (N. Ed.)

Todavia, na sociedade socialista, as coisas são completamente diferentes. Em primeiro lugar, o socialismo assume abertamente, não esconde do povo, a sua monoideologia. E, em segundo lugar, não existe *mercado de capitais*, que constitui a base económica e o fundamento do mercado do poder. É evidente que o mecanismo do opo-sicionismo político tem de ser aqui completamente distinto.

Permitir o pluripartidarismo no socialismo significaria permitir a expressão de diferentes opiniões à *maneira burguesa*. Mas a expressão de opiniões diferentes à maneira burguesa, naturalmente, arrastaria consigo tentativas de restabelecer a própria *mundivisão burguesa*, como condição «*enquadradora*» dessa diferença de opiniões. E a luta de ideias passaria a efectuar-se – como indica justamente Stáline na citada conversa com a delegação de operários norte-americanos – não «*em torno das questões sobre o melhoramento dos órgãos de poder soviético e do seu trabalho*», mas «*em torno do derrubamento do poder soviético, da destruição da ordem soviética*».⁷

O que pudemos confirmar através da nossa própria amarga experiência. E quem aproveita os frutos de semelhante «*democracia*» não são de longe os trabalhadores no seu conjunto, mas uma pequena minoria de indivíduos de orientação burguesa. Também pudemos confirmar isto.

«*Discorre-se sobre a democracia*» – afirmou Stáline no XV Congresso do PCU(b), em Dezembro de 1927 – «*mas o que é a democracia no partido? Democracia para quem? Se por democracia se entende a liberdade de meia dúzia de intelectuais desligados da revolução poderem arengar indefinidamente, dispor do seu órgão de imprensa, etc., então não precisamos de tal “democracia”, porque é uma democracia para minoria ínfima, que espezinha a vontade da imensa maioria. Mas se por democracia se entende a liberdade das massas do partido decidirem as questões da nossa edificação, a elevação da actividade das massas do partido, o seu envolvimento no trabalho de direcção do partido, o desenvolvimento no seu seio do sentimento de serem donos e senhores do partido, então essa democracia temo-la, precisamos dela e continuaremos a desenvolvê-la*».⁸

**A essência da democracia no sistema monopartidário
reside no incentivo à iniciativa das massas de base,
à sua implicação na direcção da economia, do partido e do país.
Que formas concretas deve ter essa actividade
administrativa das bases?**

Assim, no que toca à questão do monopartidarismo no socialismo, Stáline está completamente certo: o velho mecanismo burguês de opo-sicionismo, baseado na admissão da existência de uma multiplicidade de partidos deve ser extinto. Isto está claro. Mas qual é o seu substituto? Esta questão ainda não está clara, apesar de a investigação seguir a orientação correcta.

A justeza da orientação da investigação reflecte-se na vontade de percebermos, antes de mais, o seguinte: precisamos da democracia *para quem*? Atrás afirmámos que a

⁷ Op. cit., p. 11. (N. Ed.)

⁸ *Relatório Político do CC ao XV Congresso do PCU(b)*, 3 de Dezembro de 1927, I.V. Stáline, *Obras* (em russo), Gossudárstvenoe Izdatelstvo Politicheskoi Literaturi, Moscovo, 1949, t. 10, p. 327.

democracia é a ligação de retorno, viva e efectiva, entre os centros de poder e os membros da classe dominante nominal. Portanto, no regime socialista, entre quem e quem? Entre os centros de poder e directamente toda a massa de operários, camponeses e intelectualidade laboriosa.

Por centros de poder deve-se entender os diversos elos estruturais, os centros nodais da ditadura do proletariado. Stáline analisa detalhadamente a ditadura do proletariado do ponto de vista da sua estruturação (por exemplo, na obra *Sobre as Questões do Leninismo*, datada de 1926), do ponto de vista, segundo a sua expressão, dos seus «*braços de transmissão*», «*alavancas*» e «*força orientadora*». Nessa obra, o partido é apontado como a força orientadora, enquanto na qualidade de «*braços de transmissão*» e «*alavancas*», entre o partido e a classe operária e todas as massas trabalhadoras, intervêm os sindicatos, os soviets, as cooperativas e o *Komsomol*.⁹

Mas o mais importante nesta construção é a questão de como vão reagir as massas, as bases populares ao trabalho de todas estas «*braços de transmissão*», «*alavancas*» e à própria «*força orientadora*»? Surgirá entre as massas e a «*força orientadora*» um *fluxo de retorno*, vivo, ágil, um contacto reciprocamente profícuo, ou a influência será unilateral, fazendo com que as massas, passado algum tempo, se sintam inevitavelmente afastadas da «*força orientadora*», com todas as consequências que daí advêm. Esta é pois a questão decisiva da formação ou não formação a prazo da *democracia proletária socialista*.

Stáline viu perfeitamente toda a importância desta questão e o seu carácter fundamental. Analisando todo o «*mecanismo*» da ditadura do proletariado, afirma:

«*Estamos pois perante a questão do relacionamento mútuo entre o partido e a classe, entre os membros do partido e os que não têm filiação partidária na classe operária*».¹⁰

Mais adiante refere que Lénine definia estas relações como de *confiança mútua*.

«*Isto significa, em primeiro lugar, que o partido deve ouvir solícitamente a voz das massas, deve ter uma atitude atenciosa para com o instinto revolucionário das massas, deve estudar a prática de luta das massas, aferindo assim a justeza da sua política, deve, por conseguinte, não apenas ensinar, mas também apreender com as massas*.

«*Isto significa, em segundo lugar, que o partido deve, a cada dia, conquistar a confiança das massas proletárias, deve com a sua política e o seu trabalho forjar o apoio das massas, que não deve comandar, mas acima de tudo persuadir*».¹¹

«*Dirigir (...) significa saber persuadir as massas da justeza da política do partido, lançar e promover palavras de ordens que aproximem as massas das posições do partido e lhes permitam determinar mais facilmente, pela sua própria experiência, a justeza da política do partido, elevar as massas ao nível da consciência do partido e garantir, desse modo, o apoio das massas, a sua preparação para o combate decisivo*».¹²

A indicação do método da *persuasão* como o principal método da direcção do partido é extraordinariamente substancial. Recordemo-nos da «*organização coer-*

⁹ Idem, ibidem, t. 8, pp. 32-36.

¹⁰ Idem, ibidem, p. 43.

¹¹ Idem, ibidem, pp. 43-44.

¹² Idem, ibidem, p. 52.

civa do trabalho social» defendida por Trótski, sobre a qual falámos na sessão anterior do nosso clube político.¹³ Ou seja, existia toda uma corrente no partido, que aliás foi muito influente durante um certo tempo, que defendia obstinadamente a construção do sistema soviético não na base da persuasão, mas através da pura coerção. Isto era um perigo real, que começou a tornar-se realidade de forma bastante sensível. E foi precisamente Stáline que levantou uma sólida barreira contra semelhantes impulsos no futuro.

«A essência da democracia» – afirmou Stáline ainda no XIII Congresso do PCU(b), em Maio de 1924 – «está contida (...) na questão da iniciativa pessoal, da participação activa dos membros do partido na direcção do partido. Assim e só assim se pode colocar a questão da democracia, desde que, evidentemente, não estejamos a falar de um partido apenas formalmente democrático, mas de um verdadeiro partido proletário, com laços inquebrantáveis às massas da classe operária».¹⁴

Estas formulações correctas, embora ainda bastante abstractas, como é o caso de «ouvir solícitamente», «conquistar a confiança», etc., tomarão rapidamente uma forma mais concreta no decurso dos acontecimentos. A iniciativa das massas é a que adquire um carácter mais substantivo, na sua forma desejável:

«Fazer avançar a nossa indústria, elevar a sua produtividade, formar novos quadros construtores da indústria, realizar correctamente a acumulação socialista, utilizar com sensatez a acumulação para as necessidades da indústria, estabelecer um regime rigorosíssimo de economias, afinar o aparelho do Estado, torna-lo mais barato e honesto (...) travar uma luta sistemática contra os delapidadores e esbanjadores do erário do Estado – tudo isto são tarefas que nenhum partido é capaz levar a cabo sem o apoio directo e sistemático das massas de milhões da classe operária. Por isso, a tarefa consiste em envolver as massas de milhões de operários sem filiação partidária em todo este nosso trabalho de edificação. É preciso que cada operário, cada camponês honesto, ajude o partido e o governo a levar à prática o regime de economias, a combater os delapidadores e os esbanjadores das reservas do Estado, a expulsar os ladrões e os burlões, qualquer que seja a máscara sob a qual se escondam, a sanear e embaraçar o nosso aparelho do Estado.»¹⁵

Isto foi dito por Stáline na organização de Leningrado do partido em Abril de 1926.

**Neste assunto não precisamos de filosofia, mas de jurisprudência.
É preciso institucionalizar o novo tipo de interacção entre as massas
e os centros de poder, ou seja, traduzi-lo na linguagem
do direito e das leis.**

Provavelmente, se quiséssemos definir com precisão qual a democracia de que precisamos e como concebemos esse socialismo democrático, verdadeiramente renovado

¹³ Referimo-nos à sessão sobre o tema «Bolchevismo e Trotskismo» (Cvetotchk, n.º 32/33, Fevereiro-Abril de 1995, pp. 3-6).

¹⁴ I.V. Stáline, *Obras*, ed. cit., t. 6, p. 226.

¹⁵ «Sobre a situação económica da União Soviética e a política do partido, discurso na organização de Leningrado sobre os trabalhos do plenário do CC do PCU(b), de 13 de Abril de 1926», I.V. Stáline, *Obras*, ed. cit., t. 8, p. 140.

e proletário, dificilmente inventaríamos algo melhor do que o quadro traçado na passagem anterior. Efectivamente é assim que o concebemos: milhões de pessoas, participantes activos e conscientes na construção da nova sociedade, ajudam o partido e o governo, cada um contribui com o seu quinhão, fazem avançar o processo, expulsam os ladrões e os burlões, etc.

Há apenas uma questão capciosa que se levanta: isto foi há 70 anos, em 1926. Não falemos sequer dos nossos dias, mas em 1986, em 1976, em 1966 será que estivemos mais próximos deste ideal do que em 1926? Não, não estivemos. E isto explica-se pelo facto de que, em primeiro lugar, o problema que tem de ser aqui resolvido é de uma complexidade histórica.

Em que reside essa complexidade? A complexidade está na circunstância de que este novo tipo de inter-relacionamento dos membros da classe dominante com a sua direcção, com o poder que eles próprios instauraram, precisa de ser *institucionalizado*, precisa de ser transformado num instituto definido, precisa de ser traduzido para a *linguagem jurídica, para a linguagem do direito*.

Suponhamos que decido apresentar algumas propostas sobre o aumento da produtividade, a utilização sensata dos recursos, e me respondem: não te metas onde não és chamada. Procurei do fundo da alma ajudar o partido e o governo, e por isso despediram-me do emprego. Decidi desmascarar ladrões e burlões, e acabei num hospital psiquiátrico, enquanto os ladrões continuaram em liberdade. O quê? Não são situações reais? São das mais reais e das mais vistas. A confiança mútua, a iniciativa própria, a aprendizagem do partido com as massas e tudo o mais não passam por enquanto de literatura. Excelente, brilhante literatura político-filosófica, que nos faz falta, mas só na primeira etapa. Na segunda etapa já não é de literatura que precisamos, mas de jurisprudência. No mundo real, a iniciativa das massas esbarra sempre nalguma parede. Que parede é essa? É a parede da ausência de critérios precisos, institucionalizados, *jurídicos*, que permitam determinar o que é iniciativa pessoal e o que não é. Determinar o que é e o que não é ajuda ao partido e ao governo por iniciativa própria de um trabalhador comum. Os motivos pelos quais uma pessoa pode e deve ser posta na ordem e as circunstâncias em que pôr alguém na ordem, dificultar e impedir, significa cometer um crime.

Para comparação tomemos a sociedade burguesa. O principal instituto da democracia burguesa é o sistema eleitoral, a todos os níveis, com todo o aparelho que o serve, incluindo os mais diversos meios de formação da opinião pública. No capitalismo é precisamente através do sistema eleitoral que se assegura a participação real no poder dos membros da classe dominante e dos seus aliados sociais. Mas o sistema eleitoral democrático-burguês surgiu porventura instantaneamente? Pelo contrário, demorou vários séculos a formar-se.

Perante nós, refiro-me ao socialismo em geral, colocava-se e continua colocada no essencial a tarefa de criar na sociedade todo um novo edifício institucional, o qual, pela sua envergadura, funções e força de influência política, não é menos imponente do que o sistema eleitoral no Estado burguês. Em rigor e última instância, a tarefa que temos perante nós é a criação de um substituto institucional do sistema eleitoral, ou mercado do poder, já que, no regime burguês, o sistema eleitoral na sua variante mais desenvolvida, na sua essência intrínseca, não é mais do que um mercado do poder.

Aliás, foi precisamente por isso que este sistema nunca funcionou no nosso país como seria desejável, precisamente porque este sistema, objectiva e historicamente, já

não era adequado ao socialismo enquanto tal, era um complexo institucional que herdamos de outra época. Ao conjunto destas construções institucionais herdadas pelo poder soviético, V.I. Lênine chamou, como é conhecido, «*Estado burguês sem burguesia*». Naturalmente que por enquanto temos de utilizar este «*Estado burguês sem burguesia*», já que não há outro. Durante o poder soviético foram refeitos em grande escala alguns dos seus pontos nodais, mas isso não elimina a tarefa estratégica futura que consiste na elaboração de um *tipo de estrutura do Estado* completamente novo, incluindo um novo *tipo de democracia*, se por democracia se entender – como Stáline formulou e nós já repetimos várias vezes de diversas maneiras – a participação consciente e activa dos membros de base da classe dominante nos assuntos da direcção política, económica e outros.

Exigir que Stáline tivesse resolvido completamente uma tarefa desta envergadura durante o período da sua governação é claramente irrealista, e ninguém no seu lugar o teria conseguido. Já foi bom ter-se escavado na boa direcção e feito abordagens correctas para a sua resolução no futuro.

A nossa presente análise pretende precisamente demonstrar que essas abordagens foram feitas. Continuemos a nossa análise.

A palavra foi encontrada: o sujeito da ligação social de retorno no socialismo deve ser o indivíduo, dotado do direito de iniciativa crítica-criativa, amplamente desenvolvido no plano jurídico.

É característico que Stáline, ao falar de democracia, praticamente nunca se refere ao sistema eleitoral. E a sua intuição não o enganou, uma vez que, como acabámos de indicar, o sistema eleitoral na sua fonte original institucionaliza a *relação de vendedor e comprador* no mercado do poder. A relação principal no mecanismo da democracia socialista deve ser evidentemente outra distinta.

E ainda outro aspecto importante. Os compradores e os vendedores no mercado do poder têm algum peso quando são muitos e divididos em grupos, em partidos. No sistema pluripartidário, o agente representativo da democracia, aquele que envia «*de baixo para cima*» o sinal da ligação de retorno, é o *grupo*. O indivíduo, por si só, fora de um determinado grupo, não tem qualquer importância neste sistema, não obstante todo o alarido sobre os «*direitos humanos*». E como poderia ser de outra maneira? A importância da personalidade humana no regime burguês é determinada pela grandeza do capital, ou, num ângulo um pouco diferente, pelo número de pessoas que, com a ajuda desse capital, pode ser atraído para estes ou aqueles fins. Na democracia eleitoral apenas o grupo (o partido, na sua forma geral) pode ser portador ou expressar a *oposição* real a qualquer centro de poder.

Mas como fazer no socialismo, se já concordámos e nos convencemos de que o pluralismo partidário não tem aqui lugar? A relação democrática fundamental tem de ser aqui diferente da do mercado do poder, e o agente principal da democracia, ou do oposicionismo (ou sujeito dessa acção oposicionista, do impulso da ligação de retorno), também deve ser outro. Contudo esta relação fundamental deve ser institucionalizada, traduzida na linguagem jurídica. O que Lênine diz sobre a confiança mútua entre o poder e as massas é esplêndido, sem dúvida, mas é praticamente inútil quando se trata de regular as relações quotidianas e as situações da vida real na sua complexidade.

E eis que a este respeito são pronunciadas as palavras que, segundo a minha firme convicção, imortalizarão o nome de Stáline como um dos fundadores da nova forma histórica de democracia universal, a par de tudo o mais. Esta forma distinguir-se-á da existente na época anterior e superá-la-á da mesma maneira que o desenvolvimento da democracia representativa superou o direito feudal. Essas palavras são as seguintes: O elemento que se opõe realmente ao poder, o sujeito da ligação de retorno deve tornar-se não um grupo, seja de que tipo for, mas o *indivíduo*, simplesmente a personalidade humana tomada separadamente. A principal relação democrática neste novo sistema será a *iniciativa individual crítica-criativa*.

À medida que esta ideia se realizar, a humanidade entrará, pela primeira vez na sua história multissecular, no reino da *democracia genuína*, isto é, o poder de todos e de cada qual, o poder *total*, como definiu V.I. Lénine, o poder precisamente de todo o povo. Se lerem com atenção o trabalho de Marx *Para a Crítica da filosofia do Direito de Hegel*¹⁶ (já aconselhei a leitura deste texto numa sessão do nosso clube político sobre a teoria marxista do Estado), verificarão que Marx apenas relaciona o conceito de «*democracia*» com o comunismo, e com mais nenhum outro tipo de ordem social. Efectivamente, a *democracia*, o genuíno poder do povo, «*a participação geral na governação*», segundo Lénine, começa apenas no comunismo, com a aproximação ao comunismo. Todos os tipos históricos anteriores de relacionamento entre o poder e o povo, sem excepção, tenham os nomes mais «*democráticos*» que se quiser, na sua essência, representam diferentes formas de *elitocracias*, o domínio destas ou daquelas *élites*. Isto refere-se também ao socialismo inicial. Essa democracia, que deveria ter nascido e *deve* nascer no nosso país, tornará o socialismo renovado a primeira sociedade autenticamente igualitária da história, cuja actividade estará inteiramente voltada para o indivíduo e não para o grupo, e dessa forma não para uma elite.

Recordam-se que tivemos no clube político E.L. Belikovski com uma intervenção sobre o tema «*Socialismo sem grupocracia*». Penso que agora é claro por que razão essa intervenção foi colocada à discussão. Há nessa abordagem um sentido muito profundo. O novo socialismo será, efectivamente, um «*socialismo sem grupocracia*», e apesar de algumas deficiências da intervenção de E.L. Belikovski, temos apenas de saudar todos desenvolvimentos teóricos nesta direcção.

A crítica e a autocrítica

- uma das forças motrizes do desenvolvimento da sociedade socialista;
forma de resolver as contradições no socialismo.
Mas a realização plena deste programa é uma tarefa do futuro.**

Regressemos agora a 1928.

«*Depois do XV Congresso, que liquidou a oposição*», afirmou Stáline na assembleia da organização do partido de Moscovo, em Abril de 1928, «*surgiu uma nova situação no partido, que temos de levar em conta.*»¹⁷

¹⁶ Tradução portuguesa disponível em: http://www.lusosofia.net/textos/marx_karl_para_a_critica_da_filosofia_do_direito_de_hegel.pdf (N. Ed.)

¹⁷ «*Sobre os trabalhos do plenário conjunto de Abril do CC e da CCC, discurso na assembleia de militantes da organização de Moscovo do PCU(b)*», 13 de Abril de 1928, ed. cit., t. 11, p. 29.

Não é difícil adivinhar em que consistia a novidade da situação: deixou de haver quem criticasse.

«Como se compreende, não se trata aqui de “qualquer” crítica. A crítica de um contra-revolucionário também é uma crítica. Mas o seu objectivo é destronar o poder soviético (...) Precisamos da crítica para a consolidação do poder soviético, não para o seu enfraquecimento. E é precisamente para reforçar e melhorar o nosso trabalho, é precisamente para isso que o partido proclama a palavra de ordem da crítica e da autocrítica.

«A palavra de ordem da autocrítica não pode ser considerada como uma palavra de ordem nova. Ela assenta nos próprios alicerces do partido bolchevique. Ela assenta nos alicerces do regime da ditadura do proletariado.»¹⁸

Excelente conclusão! Quer dizer, a crítica e a autocrítica como *sistema*, como *instituto*, é isto a forma autêntica da democracia proletária. Um pouco mais tarde, Stáline relaciona directamente o desenvolvimento da crítica e da autocrítica com o desenvolvimento da democracia proletária.¹⁹

«Se o nosso país é um país da ditadura do proletariado, e essa ditadura é dirigida por um partido, o partido dos comunistas, que não partilha nem pode partilhar o poder com outros partidos, então, acaso não é evidente que temos nós próprios de identificar e corrigir os nossos erros, se queremos continuar a avançar, acaso não é evidente que mais ninguém os vai identificar e corrigir. Não será evidente (...) que a autocrítica deve constituir uma das forças mais sérias impulsionadoras do nosso desenvolvimento?»²⁰

No relatório político do CC ao XV Congresso do PCU(b) encontramos uma passagem esplêndida, de grande profundidade teórica, sobre a crítica e a autocrítica.

«Marx afirmou que a revolução proletária (...) distingue-se de todas as outras revoluções por se criticar a si própria, e ao se autocriticar, reforça-se. Esta é uma indicação muito importante de Marx.»

«Não será claro que, recusando corrigir honesta e abertamente os nossos erros, estamos a fechar o caminho para o nosso avanço, para o melhoramento do nosso trabalho, para o alcance de novos êxitos na nossa causa?

O nosso desenvolvimento não se processa de modo fluído, num ascenso contínuo (...) existem classes no nosso país, há contradições internas, temos um passado, temos presente e futuro, há contradições entre eles, e não é possível continuarmos a avançar suavemente levados pelas ondas da vida. O nosso avanço decorre do estado da luta, do estado do desenvolvimento das contradições, do estado da superação destas contradições. (...)

«A luta entre o velho e o novo, entre o que se extingue e o que nasce – eis a base do nosso desenvolvimento. Ao não assinalarmos e revelarmos abertamente, como cumpre aos bolcheviques, as deficiências e erros no nosso trabalho, estamos a fechar o

¹⁸ Idem, ibidem, pp. 34, 29.

¹⁹ *«Contra a banalização da palavra ordem sobre a autocrítica»*, artigo publicado no *Pravda* n.º 146, de 26 de Junho de 1928, ed. cit., t. 11, p. 132.

Neste texto Stáline afirma que *«para “envolver” massas de milhões é preciso desenvolver a democracia proletária em todas as organizações de massas da classe operária e antes de mais no interior do próprio partido. Sem esta condição, a autocrítica é zero, uma nulidade, uma frase.»* (N. Ed.)

²⁰ *«Sobre os trabalhos do plenário conjunto de Abril do CC e da CCC...»*, op. cit., p. 29.

*nosso caminho em frente. Mas nós queremos avançar. E é precisamente porque queremos avançar que devemos colocar a autocrítica honesta e revolucionária como uma das nossas mais importantes tarefas. Sem isso não avançaremos. Sem isso não teremos desenvolvimento».*²¹

Aqui estão expressas, no essencial, muitas coisas valiosíssimas. Diz-se, no essencial, que a crítica e a autocrítica é uma forma institucional de resolução das contradições internas do socialismo. Conclusão cuja importância dificilmente se poderá sobreavaliar. Diz-se, seguidamente, que a crítica e a autocrítica no socialismo é uma forma institucional de luta do novo contra o velho. E isto leva-nos à institucionalização da relação criativa para com o trabalho, uma vez que a criatividade é sempre inovação, é sempre a luta entre o velho e o novo. Estamos sempre a repetir que no comunismo a principal garantia jurídica do ser humano será o direito à realização das suas capacidades criativas. E para isso é preciso, mais uma vez, transpor para a linguagem jurídica a noção de capacidade criativa. Essa transposição torna-se possível de efectuar através da aproximação da noção de criatividade à ideia da crítica e da autocrítica, através da noção da luta do novo contra o velho. A relação criativa e a relação crítica com a realidade confluem na noção de *iniciativa individual crítica-criativa*. É esta nova relação, como já dissemos, que se tornará a relação de base da democracia proletária.

Consequentemente muda o sujeito da relação democrática: como também já dissemos, será o indivíduo em vez de um qualquer grupo.

«Precisamos de colocar o problema (...) de modo a que centenas de milhares e milhões de trabalhadores se incorporem na causa comum da construção socialista, de modo a que centenas de milhares e milhões de operários e camponeses, e não apenas algumas dezenas de dirigentes, observem atentamente o curso da nossa edificação, assinalem os nossos erros e os tragam à luz do dia. Só nesta condição poderemos evitar “surpresas”. Mas para isso, para o conseguirmos, precisamos de dar um carácter de massas à crítica, precisamos de compreender e levar à prática a palavra de ordem da autocrítica.»

*Esta palavra de ordem deve (...) elevar a cultura política da classe operária, desenvolver nela o sentimento de dono do país e favorecer a aprendizagem da classe operária dos assuntos da governação do país.»*²²

Eis, pois, o caminho genuinamente socialista para que cada qual se sinta dono tanto na produção como em geral no Estado.

*«Se os operários aproveitarem a possibilidade de criticar aberta e frontalmente as insuficiências do trabalho, a possibilidade de melhorar o nosso trabalho e fazê-lo avançar, que significa isto? Isto significa que os operários se tornam participantes activos na direcção do país, donos da indústria. E isto não pode deixar de estimular nos operários o sentimento de dono do país, o seu activismo, a sua vigilância, a sua cultura.»*²³

²¹ «Relatório político do CC ao XV Congresso do PCU(b)», 3 de Dezembro de 1927, ed. cit., t. 10, pp. 330-331. [A citação de Marx reporta-se à obra *O 18 de Brumário de Louis Bonaparte, Obras Escolhidas* em três tomos, ed. Avante! – Ed. Progresso, Lisboa – Moscovo, 1982, t. 1, p. 420 – (N. Ed.)]

²² «Sobre os trabalhos do plenário conjunto de Abril do CC e da CCC...», op. cit. p. 34.

²³ Idem, ibidem, p. 37.

Apesar de tudo tentou-se levar à prática a palavra de ordem e isso deu os seus frutos.

Será que tudo isto se concretizou durante a vida de I.V. Stáline. Não, não se concretizou. Nesta matéria não se foi além da promoção da palavra de ordem do partido de «desenvolver a autocrítica e a crítica das massas a partir da base». Foi também formulada uma série de importantes teses fundamentais (por exemplo, sobre a crítica como força motriz do desenvolvimento da sociedade soviética, etc.).

Mas tentou-se levar à prática a palavra de ordem, e isso deu os seus frutos. Falem com pessoas que viveram a juventude na época de Stáline. Se essas pessoas trabalharam honestamente, se se dedicaram à causa e não guardaram rancor contra o poder soviético, então seguramente que vos confirmarão que descrever aqueles anos como o reinado do burocratismo mais impenetrável e generalizado, da intimidação e opressão, do alheamento dos trabalhadores comuns, etc. – é uma calúnia imperdoável. É certo que os tempos eram duros, mas a iniciativa, o anseio e a capacidade para colocar e resolver autonomamente os problemas eram valorizados, assinalados e, em regra, constituíam a base da ascensão na escala profissional e social, abriam as portas para a formação académica ou eram generosamente recompensados materialmente.

G.D. Goguiberidzé, director da fábrica *Krasni Profintern* (em Bejitsa, no *Oblast* de Briansk), entre 1940 e 1941, conta um episódio passado durante a evacuação da fábrica, no início da Grande Guerra Patriótica:

«O projecto do Instituto Estatal de Projecto de Fábricas da Metalomecânica Pesada não previa a oficina de laminação na nova localização. Mas não só havia grande necessidade laminados, como sobretudo tínhamos os equipamentos de laminação trazidos de Bejitsa. Os nossos laminadores Belov, Jukovski, Martchenko e outros decidem agir por sua conta e risco. Havia uma área coberta livre para a oficina. Era só preciso construir as fundações para instalar os equipamentos pesados de laminação. Eles próprios se encarregariam de montar os equipamentos.

Os laminadores dão a conhecer o seu plano ao chefe da secção de construção Borissenko. Ele fica deslumbrado com a ideia, até porque tinha uma necessidade extrema de laminados. A secção de construção assume o plano “secreto” de construir as fundações. Os trabalhos realizam-se fora do horário normal, aproveitando os tempos livres (...)

A construção da secção é comunicada ao comissário do povo N.S. Kazakov²⁴ como um facto consumado. Kazakov aprovou a iniciativa patriótica dos laminadores e deu ordem para ser feito o projecto da secção que já estava construída. E em breve

²⁴ **Kazakov**, Nikolai Stepánovitch (1900-1970), filho de operário, foi serralheiro e ajudante de maquinista. Entra para o Exército Vermelho em 1918 e para o partido em 1923. Depois de frequentar o secundário, completa o curso do Instituto Industrial de Leningrado em 1934. Secretário do comité do partido das fábricas de metalomecânica entre 1927 e 1938 e director de uma fábrica entre 1938 e 1941, é nomeado comissário do Povo da Metalomecânica Pesada da URSS, cargo que ocupa até entre 1941 e 1953. O seu Ministério é então integrado no Ministério dos Transportes e da Metalomecânica Pesada, no qual assume o cargo de primeiro-vice-ministro. Em 1954 o Ministério é reconstituído e volta a liderá-lo até 1955. A partir desse ano é afastado de cargos relevantes até finalmente se reformar em 1965. Foi deputado do Soviete Supremo da URSS 1946 e 1950 e candidato do CC entre 1952 e 1956. (N. Ed.)

vimos os operários laminadores a realizar o seu trabalho difícil, mas de que tanto gostavam.»²⁵

Os operários decidiram que a fábrica precisava de uma oficina de laminação e construíram-na nos tempos livres. Se estes trabalhadores não se sentem donos no seu país, então não sabemos qual o significado da palavra «*dono*». E o número destes exemplos descritos na literatura de memórias é literalmente infindável.

Quais os contornos da tarefa hoje?

**A ditadura do proletariado, na forma que necessita de ter,
é uma questão do futuro e não do passado.**

**A necessidade de adoptar um programa estatal da URSS
sobre «a institucionalização da iniciativa crítica-criativa
das massas de base»**

Apesar de tudo, o sistema de realização da iniciativa crítica-criativa de base, como *instituto*, como conjunto de normativos jurídicos, institucionais, não chegou a ser formado sob a direcção de Stáline, e muito menos sob a direcção dos seus sucessores. No que respeita aos sucessores de Stáline, a sua noção de democratização era algo completamente oposto: não era o desenvolvimento e aprofundamento daqueles princípios proletário-revolucionários, que impregnaram o programa da «*crítica das massas a partir de baixo*», mas a imposição de princípios reaccionários burgueses. Qual foi o resultado final? São desnecessárias explicações.

Quais os contornos da tarefa hoje?

No plenário do conselho da União de Partidos Comunistas-Partido Comunista da União Soviética, realizada em 12 de Dezembro [de 1994], um camarada da direcção do Partido Comunista do Uzbequistão disse: «*Mas vamos ou não restabelecer a ditadura do proletariado? Têm-se falado aqui a toda a hora de um certo “poder popular”, no entanto, tem de haver ditadura do proletariado. É a terceira vez que venho cá, coloco a questão e ninguém ouve. A continuar assim simplesmente não virei cá uma quarta vez.*»

Com efeito a formulação desta questão tem um enorme significado. Apesar de aquele camarada não ter desenvolvido as suas ideias, estou convencida de que coincidem com as minhas. É uma realidade que nos fechámos no «*poder soviético*», no seu restabelecimento. Mas os soviets, como aliás se pode ler nas obras de Stáline, são apenas uma parte, um dos «*braços de transmissão*» do sistema da ditadura do proletariado (falámos disto atrás). Todavia, enumerando esses «*braços de transmissão*», Stáline nunca coloca os soviets em primeiro lugar. Em primeiro lugar coloca os sindicatos. Isto já sem falar de que, no sistema da ditadura do proletariado, acima de todos os «*braços de transmissão*» e «*alavancas*» está a força orientadora – o partido.

Além disso, o partido e os seus «*braços de transmissão*» são apenas elementos constituintes da ditadura do proletariado. É preciso ainda um campo de forças, um conjunto de relações entre estes elementos constituintes e as massas, uma ligação de retorno entre as massas e os centros de poder. E só então, quando estas ligações de retorno

²⁵ *A Forja da Vitória. Feitos da Retaguarda nos Anos da Grande Guerra Patriótica. Crónicas e Memórias*, ed. Politizdat, Moscovo, 1974, pp. 105-106.

estão estabelecidas, quando é patente a participação das massas de milhões nos assuntos da governação do país, da indústria, da economia, só então se pode falar que a ditadura do proletariado está a funcionar na sua plenitude, como um novo tipo de poder de Estado e como uma nova forma histórica universal de democracia.

E que temos enquanto este sistema de ligações de retorno – isto é, o sistema de desenvolvimento da «*crítica de massas a partir de baixo*», de iniciativa crítica-criativa das bases – não estiver criado na prática? Temos uma ditadura do proletariado que, na sua essência, não funciona como deveria. Portanto «*enterraram-na*» demasiado cedo. Ela não deve ser «*abolida*», deve sim ser finalmente *realizada*, em conformidade com as linhas traçadas por I.V. Stáline, o grande teórico deste tipo de Estado. E quando for tornar-se-á claro que a democracia proletária, a democracia socialista, não é nenhum Estado-caserna, ainda que tenha sido assim esboçada pelos trotskistas, mas o tipo de democracia mais aperfeiçoado e, poderíamos dizê-lo, mais nobre da história da humanidade, inteiramente direccionado para o desenvolvimento racional da personalidade humana, com elevados padrões morais.

Que precisamos concretamente de fazer para restabelecer no país um *status quo* ao nível da Constituição da URSS de 1977? A este respeito quero salientar que o *não* restabelecimento Constituição da URSS, no caso de os comunistas chegarem ao poder, seria mais um erro gravíssimo que travaria fortemente o nosso desenvolvimento democrático, uma vez que a Constituição em vigor até à *perestroika* é a mais próxima, entre todas as propostas, da Constituição de Stáline de 1936.

Pois bem, o que será preciso fazer? Será preciso compreender esta ideia, este conceito, de «*crítica a partir de baixo*», lançar um programa especial de produção de legislação sob o tema da «*Institucionalização da iniciativa crítica-criativa das massas de base*». Os trabalhos a desenvolver no âmbito deste programa já não serão ao nível político-filosófico, mas concretamente ao nível jurídico: de que modo se pode e deve realizar a iniciativa crítica-criativa do cidadão comum consciente nos mais diversos domínios da vida social. Por exemplo, na produção, directamente no local de trabalho: como excluir situações lamentáveis, de todos conhecidas, como a do trabalhador que criticou o estado de coisas na empresa, apresentou propostas para a eliminação das insuficiências, e viu-se posto na rua, e ainda por cima rotulado de quezilento, doente mental ou mesmo de criminoso. Como excluir também a situação inversa em que um par de vociferadores e demagogos no colectivo laboral aterrorizam sob a capa da «*crítica*» o dirigente honesto e exigente? Como estabelecer a relação dos cidadãos com os meios de informação de massas do Estado, de modo a que alertas críticos sensatos não sejam abafados literalmente durante décadas? Como garantir a liberdade de expressão crítica da vontade dos cidadãos no sistema eleitoral, de modo a prevenir que uma pessoa desacreditada seja eleita deputado, enquanto o eleitor de base, tendo nas mãos provas irrefutáveis, não tem meios para o impedir? Como assegurar que as reclamações dos cidadãos não se voltam contra o reclamante? Como assegurar que ideias científicas e técnicas audazes e inovadoras não sejam ocultadas à ciência por invejosos e oportunistas da ciência?

Todas estas situações são facilmente identificáveis e representam chagas abertas no nosso quotidiano socialista das últimas décadas anteriores à *perestroika*. No seu conjunto criaram um tal estado de espírito que bastou começar-se a gritar sobre a «*democratização*» para que o povo fosse atrás num tropel, sem pensar nas consequências. Ora os caminhos para a *autêntica* democratização, como temos demonstrado, vão numa direcção totalmente diferente. E é nessa direcção que, ao fim e ao cabo, teremos

de seguir, uma vez que o problema persiste, está perante nós, e é preciso resolvê-lo independentemente de tudo o que nos aconteceu.

Há muito mais a dizer sobre o tema aqui apresentado. Mas devemos assinalar que ao nome de Stáline estão ligados actos legislativos fundamentais na história do Estado soviético, como, entre outros, o Tratado de Constituição da URSS em 1922 e a Constituição da URSS de 1936, ou a lei da consolidação da terra em usufruto perpétuo e gratuito dos *kolkhozes*, que representam grandes conquistas democráticas. Voltaremos a estes marcos no desenvolvimento do nosso Estado socialista.

O Tratado da União de 1922 ainda está em vigor *de jure*, uma vez que a sua revogação não observou o procedimento estipulado no texto: o tratado só podia ser revogado pelo Congresso dos Sovietes.

A Constituição de Stáline contém uma série de artigos que estão incomparavelmente mais bem formulados do que no Texto de 1977. Agora vemos com que intenção foi retirada da Lei Fundamental a disposição de que a propriedade socialista é sagrada e inviolável.

No entanto, recuperando todas estas posições, teremos de avançar de modo muito enérgico. Em rigor, a recuperação destas posições é necessária apenas para de seguida tomarmos a direcção certa e rompermos para o futuro. Esta direcção levar-nos-á a desenvolver a democracia socialista tal como se aponta nas obras de Stáline. A grandiosidade das suas ideias serve precisamente este propósito, que será concretizado. Cada trabalhador honesto tornar-se-á num participante activo nos assuntos da governação do país, da economia, da indústria. Isto não só é racional como profundamente moral. A humanidade seguirá este caminho e não outro qualquer.

Para concluir quero referir que as concepções em que assenta este trabalho aqui apresentado estão contidas na nossa Declaração Programática ao XXIV Congresso do PCUS e no meu relatório à II Conferência Inter-regional dos partidários da Plataforma Bolchevique, realizada em 1992. Nesses documentos fala-se do mercado do poder, da crítica a partir de baixo e de outros aspectos aqui abordados.²⁶

²⁶ Ver *Materiais da II Conferência Inter-regional dos Partidários da Plataforma Bolchevique no PCUS* (realizada em Moscovo, a 3 de Outubro de 1992), ed. Paleia, Moscovo, 1992.